

Muros, apagões e véus na Palestina



Por **SALEM NASSER***

A cegueira seletiva que opera quando se trata de Israel

Há nove anos escrevi o texto que segue, detalhando o que eu teria chamado então, como chamo hoje, de Cegueira Seletiva que opera quando se trata de Israel. A essência do que disse então permanece verdadeiro hoje.

Em 9 de julho passado completaram-se os dez anos do Parecer da Corte Internacional de Justiça sobre o muro edificado por Israel nos territórios palestinos ocupados. A Corte, por maioria esmagadora, que só não soube convencer o juiz americano, decidiu que o muro era ilegal, porque a ocupação é ilegal, mas também porque visa a aquisição de território pela força, impede a autodeterminação do povo palestino e viola o direito humanitário e os direitos humanos da população palestina.

Dez anos depois, o muro continua lá, mas a decisão da Corte abriu uma fresta, ainda tímida e pouco percebida, por onde se entrevê a cara de Israel como um projeto de conquista montado sobre o apagamento do povo palestino e a desconsideração de seus direitos.

O escudo anticríticas

A esse muro de concreto e arame farrapado soma-se um monumental edifício narrativo, cujas pedras fundamentais antecedem a criação mesma do Estado israelense, continuamente desenvolvido e sofisticado, que cultiva os mitos das guerras sempre defensivas e da permanente disposição para a paz, paz esta sempre recusada por palestinos e demais árabes. Esse arsenal discursivo opera para a legitimação das ações israelenses, mas também funciona como dique de contenção a barrar qualquer crítica dirigida ao Estado de Israel.

Nesse edifício de propaganda, alguns slogans são mais intensamente usados nos momentos em que se passa da violência cotidiana da ocupação e do cerco para a violência, mais aguda, dos bombardeios e das incursões armadas por terra.

Quando se passa ao massacre, como este a que assistimos por quase dois meses recentemente, entra em operação um sistema que pretende abater no ar qualquer discurso que denuncie a desproporcionalidade das ações israelenses, a tomada de civis como alvos intencionais, as mortes de crianças e mulheres, o bombardeio de hospitais e escolas, os crimes de guerra perpetrados.

Essa barragem anti-críticas inclui os usuais argumentos da legítima defesa; do uso pelos “terroristas” de civis como escudos humanos; dos avisos aos civis para que saiam de suas vizinhanças prestes a serem obliteradas; das bombas inteligentes que apenas de vez em quando caem sobre escolas cheias de refugiados; de que eventuais erros e excessos e são devidamente investigados.

Mas, desse arsenal argumentativo, a arma mais poderosa, aquela que se eleva como o obstáculo mais dificilmente superável, além de pairar como ameaça suprema sobre a cabeça dos críticos, é aquela do antisemitismo.

a terra é redonda

A equiparação entre o antissionismo e o antisemitismo ou entre este último e quaisquer denúncias de Israel opera, primeiramente, como um silenciador, um filtro que retira das críticas algo de sua força vital e, em seguida, como tentativa, muitas vezes bem-sucedida, de substituir uma pauta por outra, de substituir o problema do antisemitismo ao massacre como a prioridade entre as preocupações legítimas.

Esses argumentos e o intenso patrocínio com que contam no mercado das ideias funcionam como mecanismos de censura aos quais se somam outros mais tradicionais, que dificultam a circulação das explicações divergentes e predeterminam os parâmetros do que é aceitável como argumentação.

O apagão do senso crítico, e do senso de justiça

Isso é em grande medida ajudado pela naturalização de conceitos e julgamentos, por aqueles juízos muito fortes e sedimentados que têm as pessoas sobre algumas coisas ao mesmo tempo em que não têm acerca delas nenhum, ou quase nenhum, conhecimento. No que respeita à questão palestina, Hamas e terrorismo são apenas os exemplos mais fáceis de lembrar.

E essa naturalização remete a um fenômeno misterioso, em certa medida fascinante, mas em muito maior medida exasperante, que se costuma dar quando se trata de Palestina e Israel. Muitas pessoas parecem ser acometidas nesses momentos de um apagão do juízo crítico e da racionalidade, muitas vezes acompanhado de um apagão moral. Não se sabe ao certo se o relativo sucesso de alguns argumentos se deve a este apagamento da inteligência ou se, ao contrário, o seu sucesso está justamente em operar o apagamento como num truque de mágica.

De todo modo, resta o fato de que aos olhos de muitas pessoas inteligentes o absurdo se apresenta razoável, o injustificável encontra uma explicação plausível e aceitável, o incrível se torna verdade inquestionável. E essas pessoas se convencem e querem nos convencer de que se trata de fato de legítima defesa, que é aceitável que 500 crianças tenham morrido, já que elas foram atingidas por bombas inteligentes que as queriam poupar e buscavam apenas os “terroristas”, que na verdade os palestinos expõem as crianças à morte para fazer delas instrumentos de marketing.

Esse ponto cego da inteligência, essa cegueira relativa, não vitima apenas o razoável, mas obscurece também o senso de justiça.

Edward Said escreveu, logo após a morte de Isaiah Berlin, um ensaio que ilustra bem essa cegueira relativa. Após ter apontado para a agudeza da inteligência de Isaiah Berlin, para a profundidade de seu olhar e para a amplitude de sua erudição, Edward Said denuncia a contradição fundamental: “Isaiah Berlin era um liberal, um homem de justiça e compaixão, de moderação civilizada em tudo exceto onde Israel estava concernido”.

Isaiah Berlin, um firme e ardoroso sionista, não teria, em tudo que escreveu, se referido uma única vez aos palestinos enquanto tal. Ele não teria sido capaz de percebê-los como outra coisa que não um empecilho ao projeto sionista que, para ser bem-sucedido precisava afastá-los do caminho. A sua cegueira não lhe teria permitido perceber a injustiça da tragédia imposta aos palestinos e, muito mais grave, não lhe permitia perceber os palestinos como povo.

A narrativa sufocada

A negação histórica da existência de um povo palestino, necessária para afirmar o *status* da terra como *res nullius*, como uma terra sem povo destinada ao povo a quem fora prometida, se mantém constante até hoje e é acompanhada da vilificação daqueles que estão “do outro lado”, daqueles menos civilizados, dos radicais, dos amantes da morte.

Isaiah Berlin foi apenas um dos muitos intelectuais e homens de renome a emprestar peso e legitimidade à narrativa sionista e israelense, uma narrativa construída e mantida com requintes de sofisticação.

Em contrapartida, poucas foram as vozes de calibre comparado que se elevaram em favor da questão palestina à qual

a terra é redonda

parece faltar uma narrativa que seja competentemente e constantemente alimentada, em favor de um povo palestino cuja voz não consegue superar o poderoso vento que sopra em direção contrária.

O mesmo desequilíbrio verificado no campo das armas se reproduz neste embate entre as narrativas em competição. E as tentativas de abafar a voz palestina não servem apenas a manter encobertas as injustiças, protegidas pela sombra da barreira de propaganda. O muito mais perigoso está em que a atrofia da narrativa ajude a consumar o apagamento do povo e de sua história.

É preciso, por isso, ao mesmo tempo, resgatar a história, alimentar as capacidades dos palestinos de contarem a si mesmos, e vencer o muro, furar o véu que encobre a verdadeira natureza da besta.

O rosto por trás véu

O primeiro traço característico do projeto israelense, tal como vem sendo implementado, é o da limpeza étnica, hoje comprovada tanto como realidade factual quanto como intenção. Historiadores como Ilan Pappe recuperaram a real natureza da expulsão dos palestinos de sua terra originária, tanto nos momentos primeiros da instituição do Estado de Israel quanto ao longo das décadas que se seguiram, como um fato cotidiano. E um ouvido atento a tudo que disseram os pais do sionismo e os fundadores do Estado de Israel perceberá que a permanência dos árabes era entendida por eles como um obstáculo a ser eliminado.

O segundo traço é o do movimento constante em direção à guerra de conquista e à ampliação do território israelense. Isso está evidenciado igualmente no trabalho de uma nova historiografia que desfaz os mitos alimentados em torno especialmente dos confrontos de 1948 e de 1967 e centrados na ideia da legítima defesa e da resposta a agressões sofridas ou iminentes. E para além disso, basta observar atentamente uma série de mapas da Palestina histórica desde o mandato britânico até nossos dias para ver o avanço israelense sobre um território palestino que se vai encolhendo.

Que a intenção seja a conquista de território pela força não pode estar em dúvida na medida em que, com o passar do tempo, Israel trabalha para fazer aceitável a devolução de cada vez menos território, ao mesmo tempo em que não devolve nenhum. Israel opera, na verdade, com a certeza de que o julgamento sobre a cara que deve ter uma solução para ser considerada legítima, justa, muda com o tempo e em função dos fatos consumados no terreno: ao final da Primeira Guerra, a solução pensada como legítima pelas potências contava um único Estado na Palestina histórica, já em 1947 o território palestino ocuparia 48% daquele total e, a partir de 1967, 22%. E a cada ano que passa a porcentagem perde um pouco de gordura.

Enquanto a conquista não se consuma por completo, ou enquanto os israelenses não conseguem convencer a si mesmos a devolverem algo de significativo aos palestinos, prolonga-se a ocupação dos territórios que aquele juízo internacional considera, por enquanto, que deveriam constituir o espaço de um Estado palestino. A ocupação é um fato verificável, não depende de recuperação da história nem de interpretação. E ainda assim, tem-se por vezes a impressão de que ela não existe. Este deve ser um dos maiores sucessos da mágica da propaganda israelense. E na ocupação, por mais que nos tentem apresentar “as partes no conflito” como equivalentes, há sempre um ocupante e um ocupado.

Que a ocupação se combina com o esforço de conquista do território e com a gradual limpeza étnica é um fato que fica evidenciado pelos assentamentos cujos habitantes representam hoje cerca de 30% da população da Cisjordânia, ou seja, cerca de 700 mil colonos.

E os assentamentos constituem ao mesmo tempo a face mais visível de um aspecto inerente à ocupação, ou seja, a violação de direitos e a opressão dos ocupados. Essas coisas ficam um pouco mais evidentes, desde que se queira olhar para elas, quando contrastadas com os privilégios de que gozam os colonos.

A violação e a limitação de direitos, generalizadas na Cisjordânia, talvez mostrem sua face mais aguda na Faixa de Gaza, território que a propaganda israelense insiste em nos dizer que foi desocupado e de onde os colonos foram retirados à força, como se se tratasse de um presente feito aos palestinos. Sobre aquele território vige há anos um cerco terrível que

a terra é redonda

transforma em prisioneiros a céu aberto quase 2 milhões de pessoas.

A combinação do cerco com a ocupação e com um arcabouço jurídico que diz respeito aos palestinos não judeus que são cidadãos israelenses faz com que em todos os territórios onde vige a ordem israelense - Israel propriamente, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza - esteja instalado um sistema segregacionista que, constituído, como só pode ser, pelas violações de direitos, serve igualmente a operar a gradual limpeza étnica e preservar a pureza do caráter judaico do Estado.

Contra essa caracterização do *apartheid* israelense também se eleva uma barreira de proteção que insiste em nos apresentar Israel como uma verdadeira democracia, a única de toda a região do Oriente Médio, e que também dispõe de seus slogans preferenciais, os direitos políticos iguais e a representação parlamentar sendo os usuais preferidos.

Mas tampouco esse véu resiste a um olhar mais criticamente penetrante, ainda que ele encontre este derradeiro traço do que se chamou de besta, ou seja, a sofisticação com que não são apenas construídas a narrativa e a retórica de propaganda, mas que opera também na própria execução da limpeza étnica, na implementação da expansão territorial, na manutenção da ocupação e do cerco e na construção e justificação da segregação. É uma sofisticação que, deixando válvulas de escape, filtra o ímpeto dos críticos e fornece respostas prontas aos defensores.

*Salem Nasser é professor da Faculdade de Direito da FGV-SP.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)